

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

PROCESSO Nº : 10711-001.417/94-26
SESSÃO DE : 25 de Janeiro de 1995.
ACÓRDÃO Nº : 303-28.097
RECURSO Nº : 116.887
RECORRENTE : XEROX DO BRASIL LTDA.
RECORRIDA : ALF - PORTO/RJ

Guia emitida após o registro da DI mas antes do desembaraço. A infração cometida é a prevista no inciso VI do art. 526 do RA, e não a do inciso II do mesmo artigo.

Recurso provido.

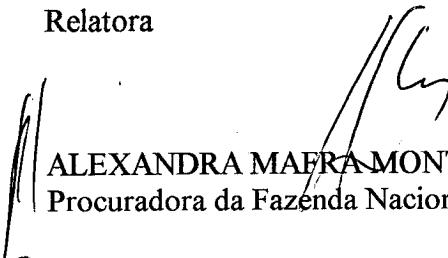
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília - DF, 25 de Janeiro de 1995.


JOÃO HOLANDA COSTA
Presidente


SANDRA MARIA FARONI
Relatora


ALEXANDRA MAFRAMONTEIRO
Procuradora da Fazenda Nacional

VISTA EM 09 ABR 1996

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: CRISTOVAM COLOMBO SOARES DANTAS, ROMEU BUENO DE CAMARGO, DIONE MARIA ANDRADE DA FONSECA, ZORILDA LEAL SCHALL (Suplente) e JORGE CLIMACO VIEIRA (Suplente). Ausentes os Conselheiros MALVINA CORUJO DE AZEVEDO LOPES, FRANCISCO RITTA BERNARDINO e SÉRGIO SILVEIRA MELO.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.887
ACÓRDÃO N° : 303-28.097
RECORRENTE : XEROX DO BRASIL LTDA.
RECORRIDA : ALF - PORTO / RJ
RELATORA : SANDRA MARIA FARONI

RELATÓRIO

Xerox do Brasil Ltda. foi autuada por ter submetido a despacho 426 cartuchos de tonalizador sem guia de importação, invocando a Portaria 15/91 do DECEX, art. 2º, alínea b. Foi-lhe aplicada a multa prevista no art. 526, inciso II do Regulamento Aduaneiro.

Tempestivamente, a empresa apresentou impugnação alegando:

a) a legislação aduaneira apena a ausência de GI com multa de 30% do valor aduaneiro (art. 526, II, do R.A.) e com o mesmo percentual, porém sujeito a um teto -o do parágrafo 2º do mesmo art. 526 - na hipótese do embarque ser efetivado antes de obtida a respectiva G.I. (artigo, 526 VI).

b) não é possível negar a existência de guia, quando ela existe (no presente caso a GI. nº 1-94/6723-2, fls. 26/27) e quando a norma legal diz que há a hipótese de o documento ser obtido após o embarque, o que vale dizer, em qualquer momento após o embarque; e

c) para que a norma contida no art. 526, VI fosse aplicável somente para o caso de a guia de importação ser emitida antes do registro da DI, seria necessário que a lei expressamente o determinasse, o que não ocorre.

A autoridade singular julgou procedente a ação fiscal. Para assim decidir, levou em consideração, em síntese, os seguintes fatos:

a) Que a importação se refere a material de consumo, não abrangido pela Portaria DECEX 15/91.

b) Que a guia trazida junto com a impugnação foi emitida na data em que o fiscal conferente consignou a falta no campo 24 da DI (17/02/94), sendo, pois, posterior ao registro de DI.

c) Que o litígio versa sobre a validade ou não, para instrução do respectivo despacho, de GI apresentada posteriormente à lavratura do auto de infração e emitida após o registro da DI.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.887
ACÓRDÃO N° : 303-28.097

d) Que o “caput” do art. 432 do RA determina que a GI deve ser apresentada por ocasião do despacho, e que parágrafo único do mesmo artigo prevê a única hipótese em que a guia pode ser apresentada posteriormente ao começo do despacho aduaneiro, que é o art. 452 (despacho simplificado).

e) Que estaria configurada a infração prevista no inciso VI do art. 526 se a guia, emitida após o embarque, houvesse sido apresentada na data do registro de DI, mas no caso, o despacho se iniciou sem apresentação da GI, cuja emissão se deu posteriormente, configurando situação completamente distinta.

f) Que o começo do despacho aduaneiro caracteriza o início do procedimento fiscal e exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, conforme art. 7º, parágrafo 1º do Dec. 70.235/72, e que não se considera espontânea a denúncia apresentada no curso do despacho aduaneiro, até o desembaraço ou após o início de qualquer outro procedimento de ofício tendente a apurar a infração.

g) Que a obtenção de guia com emissão posterior à data do início do procedimento fiscal não descharacteriza a importação ao desamparo de guia.

h) Que em caso idêntico o DTIC informou que as guias de importação emitidas posteriormente ao embarque bem como aquelas cujo embarque tenha ocorrido após o vencimento da respectiva GI não devem ser consideradas válidas.

Inconformada com a decisão desfavorável, a empresa recorre a este Conselho.

Diz que a infração é extrafiscal, ligada ao controle administrativo das importações. E invoca o princípio da proporcionalidade entre a infração cometida e a sanção aplicada. Alega haver “enorme desproporção entre a infração praticada e confessada pela recorrente, de não entregar a guia de importação no prazo de 15 (quinze) dias após sua emissão, à autoridade aduaneira, e a sanção que se pretende aplicar - amparada em portaria do DECEX - que equipara os fatos apurados neste processo aos infratores que nunca tiveram esse documento”.

Compara o prazo de validade das guias emitidas previamente ao embarque (3 meses prorrogáveis por mais 3) com o das guias emitidas posteriormente ao desembaraço (15 dias) e diz que isso tem razão de assim ser, pois no primeiro caso se cuida do controle de importações futuras, e o documento prévio de concessão não pode valer eternamente, e no segundo caso, o documento apenas referenda fato pretérito.

Diz, ainda, que no presente caso a guia existe, e quem lhe nega validade após 15 dias de sua emissão não é a lei, mas uma portaria do DECEX.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.887
ACÓRDÃO N° : 303-28.097

E acrescenta:

“ ora, se para amparar casos futuros o prazo de validade da guia de importação vai de 3 (três) meses a 1 (hum) ano, onde está a proporcionalidade ou mesmo a razão de se dar validade ao documento por apenas 15 (quinze) dias? É para obrigar que o contribuinte cumpra a obrigação acessória de fazer o papel de estafeta e tirar o documento do órgão emissor para entregá-lo à Receita? Ora, com o SISCOMEX aplicado à importação sequer haveria necessidade dessa entrega, pois tal documento seria de conhecimento mútuo da SECEX, Receita e BACEN. Portanto, se são documentos emitidos por órgãos públicos, válidos como “referendum”, válidos como aprovação posterior de ato praticado, não podem perder valor - por ordem de portaria - apenas porque não foram transferidos do órgão emissor para a Receita. Se perderam o valor como prova de sanção, de aprovação de ato pretérito estará quebrado o princípio da proporcionalidade estabelecido pelo Direito Administrativo, que disciplina a matéria em questão.”

Pede a reforma da decisão recorrida.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA

RECURSO N° : 116.887
ACÓRDÃO N° : 303-28.097

VOTO

A empresa submeteu a despacho mercadoria de consumo sem apresentação de guia de importação invocando o art. 2º da Portaria DECEX 8/91, com a redação dada pela Portaria DECEX 15/91. Por não se enquadrar, a mercadoria, entre as excepcionadas de emissão de guia previamente ao embarque, nos termos do dispositivo acima mencionado, foi exigido recolhimento da multa por importação ao desamparo de guia.

Com a impugnação, a empresa apresentou uma guia para as mercadorias, cuja emissão deu-se 13 dias após o início do despacho, porém não uma guia emitida nos termos do art. 1º da Portaria DECEX 15/91, que vem clausulada com a indicação de que ampara mercadorias já desembaraçadas, mencionando o nº das D.I's respectivas, e com validade de 15 dias para apresentação à repartição de desembaraço aduaneiro.

Não se trata, pois, de discutir o prazo de validade de 15 dias para apresentação da guia.

O que de fato ocorreu foi que a recorrente submeteu a despacho a mercadoria e só após, porém antes do desembaraço, obteve a guia.

Não se pode dizer que ocorreu importação ao desamparo de guia. O documento existe, foi emitido pelo órgão competente para fazê-lo e antes de ultimada a importação. Porque esta, a importação, é ato complexo, cuja última fase, administrativamente, é o desembaraço. Assim, embora a guia tenha sido emitida após o registro da DI, o foi antes do desembaraço, não tendo, a importação, se consumado ao desamparo de guia.

Não se pode, também, dizer que, a não ser para os casos excepcionados pelo art. 2º da Portaria DECEX 8/91 com a redação dada pela 15/91 e nas trazidas de bens através da Zona Franca de Manaus e demais Áreas de Livre Comércio, as guias emitidas após o embarque não têm validade, caracterizando importação ao desamparo de G.I. A lei não o diz. Pelo contrário, a lei prevê expressamente o fato (art. 169, III, "b" do Decreto-lei 37/66, alterado pela lei 6562/78), considera-o infração administrativa ao controle das importações e lhe comina penalidade.

Assim, por entender caracterizada a infração prevista no art. 169, III, "b" do Decreto-lei 37/66, consolidada no art. 526, VI, do Regulamento Aduaneiro, e não a que foi imputada pela Fiscalização - art. 526 - II do RA -, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 25 de Janeiro de 1995.

SANDRA MARIA FARONI - RELATORA